



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO EM 11.11.2015

Aos 11 dias do mês de novembro de 2015, compareceu à sede da 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0006254-31.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Substituta zoneada Ivanise Marilene Uhlig de Barros, pelo Diretor de Secretaria Jerson Pires Rodrigues e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 27.05.1993

Data da última correição realizada: 02.12.2014

Data de Instalação do PJe: 13.06.2014

Jurisdição: Lindolfo Collor, Morro Reuter, Novo Hamburgo, Picada Café e Presidente Lucena.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 11.11.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juiz Atual

Juiz	Situação	Período
Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior*	Juiz Titular	Desde 20.06.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.11.2015)

* O Juiz Titular encontra-se afastado para presidir a AMATRA-IV no período de 02.09.2015 a 09.02.2016.

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, pertence à 60ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição



compreende 04 vagas de zoneamento, atualmente ocupadas pelos Juízes Substitutos **Thiago Boldt de Souza**, **Ivanise Marilene Uhlig de Barros**, **Giani Gabriel Cardozo** e **Gustavo Pusch**.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior	Juiz Titular desde 20.06.2012		
1	Alessandra Casaril	06.02 a 09.03.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	34 dias
2	Ana Paula Keppeler Fraga	10.03 a 11.05.2014	Atuação em regime de Juiz Auxiliar compartilhado 1ª a 5ª Varas do Trabalho de Novo Hamburgo	62 dias
-	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	Juízes Substitutos Zoneados na Circunscrição		
-	Thiago Boldt de Souza			
-	Gustavo Pusch			
-	Giani Gabriel Cardozo			
3	Jaqueline Maria Menta	15 a 28.09.2014	Atuação em regime de Juiz Auxiliar compartilhado 1ª a 5ª Varas do Trabalho de Novo Hamburgo	14 dias
4	Rafael Moreira de Abreu	29.09 a 16.11.2014		48 dias
5	Adriana Ledur	06 a 14.10.2014 20.10 a 23.11.2014 12.03 a 12.04.2015	Atuação como Juíza Auxiliar	88 dias
		19 a 25.10.2015 03 a 08.11.2015		
6	Patrícia Bley Heim	24.11 a 08.12.2014	Atuação em regime de Juiz Auxiliar compartilhado 1ª a 5ª Varas do Trabalho de Novo Hamburgo	15 dias
7	Charles Lopes Kuhn	09 a 19.12.2014		11 dias
8	Maurício Joel Zanotelli	16.09.2015	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
9	Maurício Graeff Burin	17 e 18.09.2015		2 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.11.2015)



2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correccionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior	Férias	06 a 21.02.2014 24.02 a 09.03.2014 07.01 a 05.02.2015 16 a 31.07.2015 03 a 16.08.2015	90 dias
	Afastamento para presidir a AMATRA-IV, conforme P.A. nº 0003510-97.2014.5.04.0000	20.06.2014 a 06.01.2015 06.02 a 15.07.2015 02.09 a 11.11.2015*	430 dias
	Afastamento conforme P.A. nº 0003187-92.2012.5.04.0000	04 e 05.06.2014	2 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.11.2015)

* O período completo de afastamento é de 02.09.2015 a 09.02.2016, porém a parcela temporal excedente à data da visita correccional foi desconsiderada por extrapolar o período abrangido por este relatório.

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Jerson Pires Rodrigues	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	21.10.1993
2	Cristine Berger	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	25.11.2013
-	Marlisa Meira Bueno	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	15.12.2014
3	Miriam Celita Kirsch	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	18.10.1993
4	Everton Andres da Motta	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	11.06.2007



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5	Jacinto Bin	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	26.05.2003
6	Samia Trombetta	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	03.07.2009
7	Terezinha Maria Buosi Benides <i>(Em férias)</i>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	12.01.1994
8	Rogério Oliveira Rosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.12.2004
9	Letícia Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	14.02.2006
10	Helton Reginaldo Cenci	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	02.06.2008
11	Alexandre Vieira	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	09.07.2013
12	Fabiano Bonifácio Scremin Molinari	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	15.10.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.10.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.278 processos	1.001 a 1.500	12 servidores	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.



2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Alexandre Vieira	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	6	12
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	4	
	Trabalho nas Eleições	2	
Cristine Berger	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	3
Everton Andres da Motta	Curso ou Evento	1	6
	Licença Paternidade	5	
Fabiano Bonifácio Scremin Molinari	Horário especial estudante	318	318
Helton Reginaldo Cenci	-	-	-
Jacinto Bin	Curso ou Evento	8	8
Jerson Pires Rodrigues	Curso ou Evento	1	3
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Letícia Silveira	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	407	407
Marlisa Meira Bueno* (desde 15.12.2014)	-	-	-
Miriam Celita Kirsch	-	-	-
Rogério Oliveira Rosa	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	24
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	6	
	Trabalho nas Eleições	3	
Samia Trombetta	Curso ou Evento	1	1
Terezinha Maria Buosi Benides	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.10.2015)

* Servidora lotada na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Fábio Luiz Pacheco*	24.03.2014	15.12.2014	8 meses e 22 dias	Lotação no Gab. Des. Gilberto dos Santos – Assistente de Gabinete (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.10.2015)

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Haliny de Oliveira Rodrigues	Superior em Direito	02.02.2015 a 01.02.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.10.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e dos Juizes Substitutos Zoneados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior	-	8	102	110
Substitutos zoneados	Thiago Boldt de Souza	-	8	91	99
	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	-	8	141	149
	Giani Gabriel Cardozo	-	-	144,5	144,5
	Gustavo Pusch	-	-	41	41

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.10.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Alexandre Vieira	-	20	20	40
Cristine Berger	-	8	55	63
Everton Andres da Motta	-	26	-	26



Fabiano Bonifácio Scremin Molinari	-	20	105	125
Helton Reginaldo Cenci	-	20	25	45
Jacinto Bin	-	20	480	500
Jerson Pires Rodrigues*	-	20	148	168
Letícia Silveira	-	-	45	45
Marlisa Meira Bueno	-	-	48,5	48,5
Miriam Celita Kirsch	-	20	20	40
Rogério Oliveira Rosa	-	20	310	330
Samia Trombetta	-	26	-	26
Terezinha Maria Buosi Benides	-	20	-	20

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.10.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.314	1.219	-7,23%	1.234	1,23%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	101	129	27,72%	172	33,33%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.623	1.670	2,90%	1.759	5,33%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	78	68	-12,82%	54	-20,59%
Total	3.116	3.086	-0,96%	3.219	4,31%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

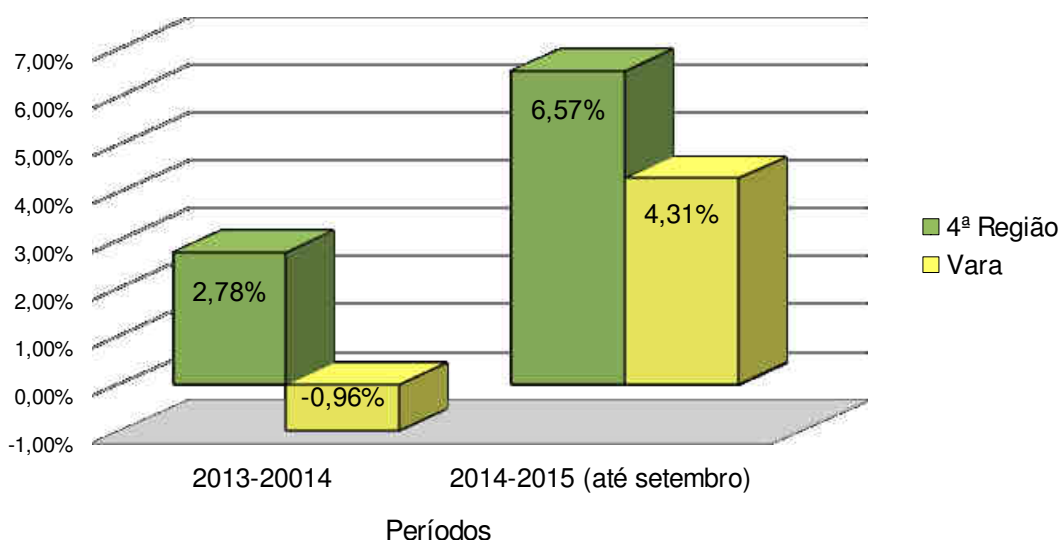
No ano de 2014, houve uma relativa estabilidade (redução de 0,96%) no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Em números absolutos, o conhecimento foi a fase que apresentou a



maior queda no estoque (decréscimo de 95 processos) ao passo que as cartas precatórias e/ou de ordem pendentes de devolução foram a espécie que apresentou a maior redução percentual (12,82%) no período em tela. Por sua vez, em números absolutos, a execução foi a fase que registrou o maior aumento no acervo (acréscimo de 47 processos), ao passo que a liquidação foi a espécie que apresentou a maior elevação percentual (27,72%) no período sob análise.

A estabilidade no estoque de processos da 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo em 2014 destoou da tendência apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação. Por outro lado, os dados parciais de 2015 (colhidos até o mês de setembro) apontam um aumento de 4,31% no acervo de processos tramitando na Unidade – elevação esta abaixo da média regional no mesmo período, contudo, como aponta o gráfico abaixo:

Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Casos novos	1.301	1.292	-0,69%	951	-26,39%
Sentenças anuladas/reformadas	18	9	-50,00%	5	-44,44%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.447	1.370	-5,32%	935	-31,75%
Processos pendentes de solução	547	472	-13,71%	481	1,91%

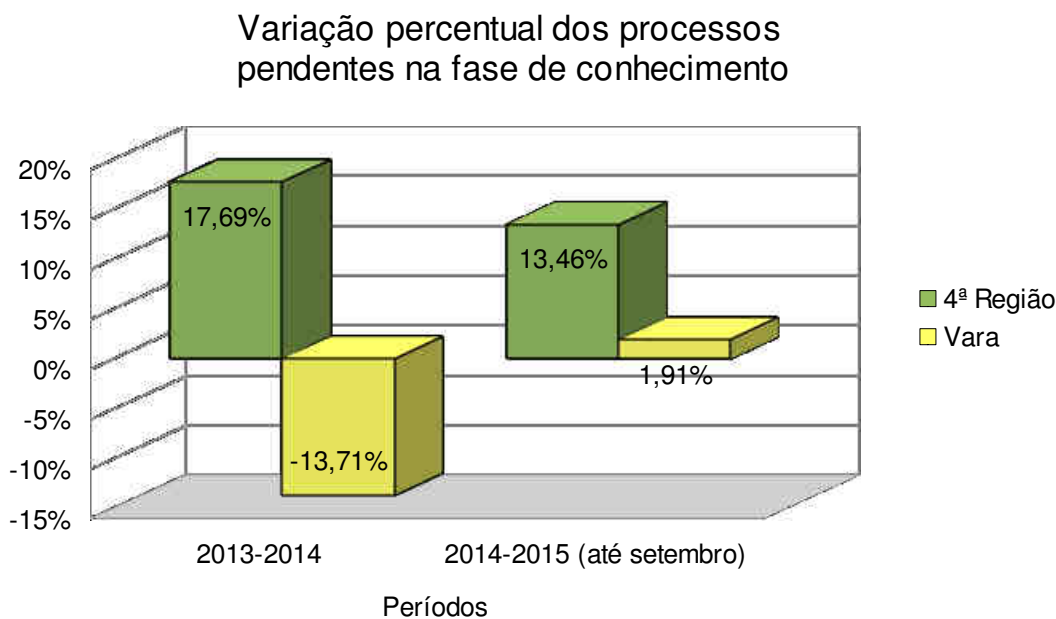


(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma redução de 13,71% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 547 para 472 processos) – desempenho consideravelmente superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para essa redução (a despeito de ter ocorrido uma queda de 5,32% no número de processos solucionados na comparação com o ano anterior), foi a discrepância de 5,30% entre o número de processos solucionados (1.370) e o de casos novos (1.301) no ano de 2014.

Por outro lado, os dados dos nove primeiros meses de 2015 apontam aumento de 1,91% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é inferior, contudo, à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (54,45%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 30.09.2015, houve uma queda de 92,86% no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade (de 42 para 03 processos). Especificações no quadro abaixo:



Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	56	122	117,86%	85	-30,33%
Aguardando encerramento da instrução	389	257	-33,93%	361	40,47%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	60	76	26,67%	32	-57,89%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	42	17	-59,52%	3	-82,35%
TOTAL	547	472	-13,71%	481	1,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Novo Hamburgo – 4ª Vara	27,51%	25,87%	-5,96%	34,52%	33,47%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	52,43%	18,27%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 25,87% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 5,96% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 18,46 pontos percentuais.



3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 30.09)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	793	54,80	756	55,18	467	49,95
	Julgado procedente	19	1,31	28	2,04	33	3,53
	Julgado procedente em parte	275	19,00	293	21,39	251	26,84
	Julgado improcedente	108	7,46	138	10,07	81	8,66
	Extinto	2	0,14	1	0,07	2	0,21
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	36	2,49	23	1,68	17	1,82
	Arquivamento (art. 844 CLT)	83	5,74	63	4,60	61	6,52
	Desistência	43	2,97	40	2,92	22	2,35
	Outras decisões	88	6,08	28	2,04	1	0,11
TOTAL		1.447	100	1.370	100	935	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

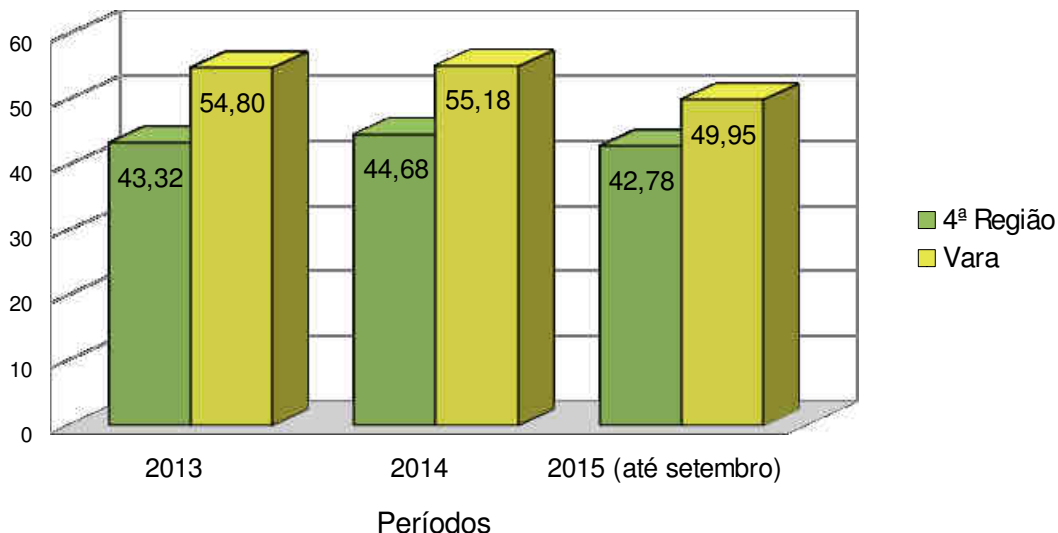
Verificou-se uma redução de 77 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 5,32%. Essa queda supera a tendência apresentada na 4ª Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma elevação no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 404 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 460 decisões, representando um acréscimo de 13,86%. O desempenho da Unidade nesse quesito se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma ligeira elevação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária (muito embora tenha havido redução nos números absolutos): em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 793, representando 54,80% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 756, correspondendo a 55,18% - índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e setembro do corrente ano o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 49,95% - resultado novamente acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Iniciadas	187	256	36,90%	225	-12,11%
Encerradas	209	217	3,83%	177	-18,43%
Pendentes	96	126	31,25%	155	23,02%
Arquivo Provisório	5	3	-40,00%	3	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 96, em 2013, para 126, em 2014, importando em uma elevação de 31,25%. Tal aumento supera a média verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). O principal fator que contribuiu para essa elevação foi o aumento de 36,90% no número de liquidações iniciadas na comparação com o ano anterior, o que importou em uma discrepância de 17,97% entre o número de liquidações iniciadas (256) e encerradas (217) no ano de 2014.

Por sua vez, nos nove primeiros meses de 2015, houve aumento de 29 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a um aumento de 23,02%, indo de encontro à média de todo o TRT4 no período, que retrocedeu 1,43%.



3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Novo Hamburgo – 4ª Vara	38,89%	38,35%	-1,38%	49,57%	29,26%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	50,33%	13,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{Número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo foi de 38,35% no ano de 2014, constatando-se uma queda de 1,38% em relação ao índice do ano anterior. Por sua vez, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 5,81 pontos percentuais inferior ao congestionamento médio do TRT4.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	440	412	-6,36%	257	-37,62%
	Desarquivadas para prosseguimento	23	463	1.913,04%	96	-79,27%
Saídas	Encerradas	485	360	-25,77%	265	-26,39%
	Arquivadas Provisoriamente	96	113	17,71%	78	-30,97%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	73	70	-4,11%	62	-11,43%
	Demais	951	974	2,42%	1.003	2,98%
	Total	1.024	1.044	1,95%	1.065	2,01%
Saldo no arquivo Provisório		1.382	1.016	-26,48%	982	-3,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo passou de 1.024 para 1.044 processos – o que corresponde a uma elevação de 1,95% em relação ao ano anterior. O desempenho da Unidade foi, portanto, inferior à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator que contribuiu para essa elevação no acervo foi a queda de 25,77% no número de execuções encerradas na comparação com o ano anterior – o que importou em uma discrepância de 14,44% entre o número de execuções iniciadas (412) e encerradas (360) no ano de 2014 – combinada com um expressivo número de execuções desarquivadas para prosseguimento.



A seu turno, no período de janeiro a setembro de 2015, o estoque de processos na fase de execução na Unidade Judiciária apresentou uma elevação de 2,01% em relação ao final do ano anterior – resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,25%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Novo Hamburgo – 4ª Vara	67,16%	74,93%	11,56%	79,63%	6,27%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	80,13%	13,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 74,93% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 11,56% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 4,12 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Novo Hamburgo – 4ª Vara	84,31%	87,22%	3,46%	88,56%	1,53%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	88,15%	3,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo na fase de execução, a qual passa a corresponder a 87,22% – 3,46% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 2,31 pontos percentuais maior, o que denota uma efetividade na execução abaixo da média regional.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	297	119	-59,93%	89	-25,21%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	167	126	-24,55%	61	-51,59%



Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.669	1.610	-3,54%	1.626	0,99%
---	--------------	--------------	---------------	--------------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.09.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **11 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0000020-33.2011.5.04.0304
Situação processual: em 29.09.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 05.10.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento realizado, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Histórico BNDT: em 27.06.2012, a executada “Calçados Piccinini Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 15.08.2012, os coexecutados Denise Klein Picinini e Carlos Vitelmo Picinini foram incluídos no BNDT, também com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
2	Processo nº 0000219-89.2010.5.04.0304
Situação processual: em 17.08.2015, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores. Em 18.08.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 29.10.2015, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. Histórico BNDT: em 12.09.2011, as coexecutadas “RB Etiquetas Industriais Ltda.” e “RB Impressões Serigráficas Ltda.” foram incluídas no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
3	Processo nº 0014500-36.1999.5.04.0304
Situação processual: em 23.06.2015, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores. Em 24.06.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 15.09.2015, foi publicado despacho determinando o oportuno arquivamento dos autos. Histórico BNDT: em 23.04.2012, o executado “Darni Luís Schorn” foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
4	Processo nº 0030100-53.2006.5.04.0304
Situação processual: em 17.06.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento	



“extinta a execução”. Em 18.06.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução e determinando a exclusão dos executados do BNDT, seguida pelo arquivamento dos autos. **Histórico BNDT:** em 22.09.2011, as coexecutadas “Maria Aparecida Debas Alves” e “Rápido Rodosino Transporte de Cargas Ltda.” foram incluídas no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 03.11.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos:

Processo nº		
0030200-13.2003.5.04.0304	0058500-77.2006.5.04.0304	0087400-70.2006.5.04.0304
0091700-27.1996.5.04.0304	0099000-40.1996.5.04.0304	0114600-57.2003.5.04.0304
0130000-04.2009.5.04.0304	-	-

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 30.09)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	165	133	50	188	202	34	113	131	29
Antecipações de tutela	19	0	15	96	43	66	147	99	82
Impugnações à sentença de liquidação	16	17	6	10	12	7	4	10	4
Embargos à execução	115	96	78	86	90	67	54	68	55
Embargos à arrematação	6	4	4	3	1	4	2	1	5
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	2	1	1
Exceções de pré-executividade	10	11	16	12	12	14	4	2	16

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 395 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que



corresponde a uma elevação de 19,34% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 37,93% na comparação entre os anos de 2013 e 2014, passando de 261 para 360; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 subiu de 169 para 192 processos. Destaca-se, por fim, que em 30.09.2015 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão manteve-se em 192 processos, idêntico ao do final do período anterior – sendo que as antecipações de tutela são a espécie que correspondem à maior parte (42,71%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0207300-67.1994.5.04.0304
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 25.02.2014, de embargos de declaração por parte identificada como “outros”. Em 06.03.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo recebeu a referida peça como simples petição, bem como rejeitou as alegações dela constantes por inexistência de qualquer omissão ou obscuridade na decisão (homologatória de acordo) embargada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	Processo nº 0001042-58.2013.5.04.0304
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 09.12.2014, de três embargos à execução distintos pelo sexto reclamado (os quais se verifica corresponderem, efetivamente, a um único incidente processual, o qual foi fracionado em três “petições eletrônicas” distintas pelo procurador da parte ré em razão da quantidade limitada de documentos permitidos por cada protocolo no sistema de peticionamento eletrônico em funcionamento à época). Em 25.08.2015, foi publicada decisão na qual o Juízo acolheu o incidente processual apresentado pelo demandado; verifica-se, contudo, que seguem constando como pendente de solução até o presente momento dois incidentes processuais supostamente apresentados pelo sexto reclamado.	
3	Processo nº 0127400-78.2007.5.04.0304
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 09.05.2012, de embargos à arrematação pela parte autora. Em 10.05.2012, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de receber o incidente processual apresentado, por intempestivo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
4	Processo nº 0128400-50.2006.5.04.0304
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 06.03.2012, de exceção de pré-executividade pela parte ré. Em 07.03.2012, foi publicado despacho no qual o Juízo recebeu o incidente processual apresentado como embargos à penhora (os quais foram julgados procedentes em 04.07.2013). Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente originalmente apresentado no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 03.11.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de



decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	71,58	52,65	-26,44%	69,24	31,50%
	Ordinário	231,32	194,29	-16,01%	176,24	-9,29%
	Total	205,56	173,41	-15,64%	156,68	-9,65%

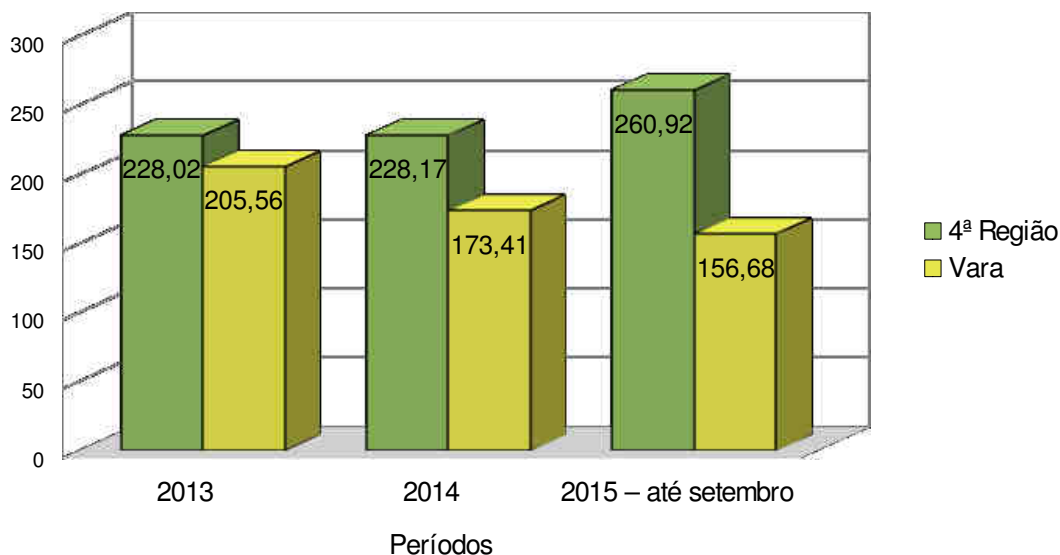
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo apresentou uma redução de 15,64%, passando de 205,56 para 173,41 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 26,44% em relação à média do ano anterior, passando de 71,58 para 52,65 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 194,29 dias, 16,01% mais célere na comparação com 2013. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e setembro de 2015 apontam uma nova redução (9,65%) no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Ainda, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 24% mais célere (54,76 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4, ao passo que no período de janeiro a setembro de 2015 o prazo médio foi 39,95% mais curto (104,24 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	222,50	162,67	-26,89%	94,84	-41,70%
	Ordinário	226,76	162,22	-28,46%	163,99	1,09%
	Total	226,42	162,26	-28,34%	156,07	-3,81%

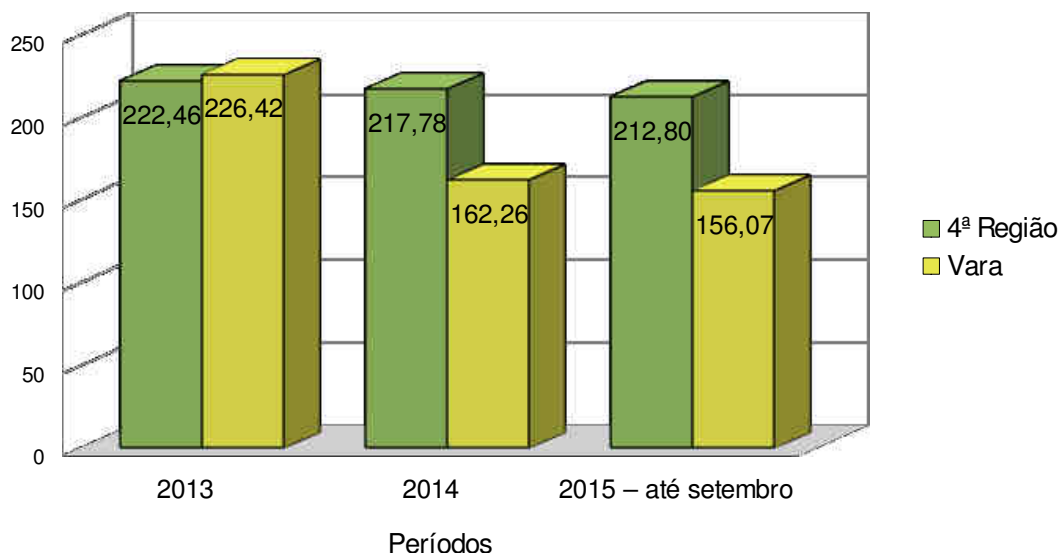
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 162,67 dias, o que equivale a uma redução de 26,89% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 162,22 dias, 28,46% mais célere na comparação com 2013. A seu turno, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a setembro, apontam uma tendência de expressiva redução do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação no tocante ao rito sumaríssimo, e de ligeira elevação desse lapso com relação ao rito ordinário.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2014 foi 25,50% mais célere (55,52 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região, e 26,66% mais ágil (56,73 dias) nos nove primeiros meses de 2015. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	580,91	478,21	-17,68%	413,24	-13,59%
	Ente público	820,43	-	-	1.469,00	-
	Total	585,79	478,21	-18,37%	425,30	-11,06%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

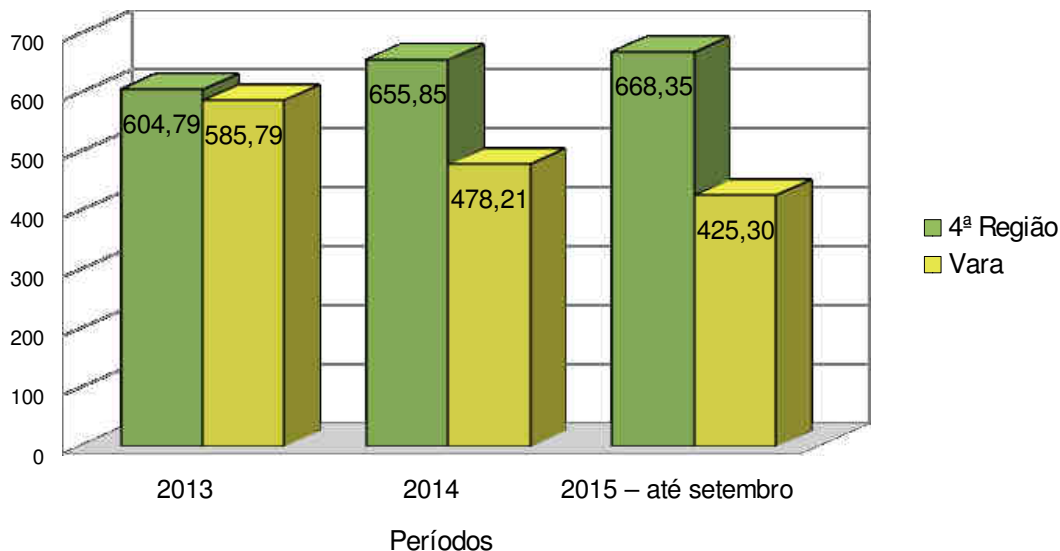
O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 478,21 dias, o qual foi 17,68% menor do que o prazo do ano anterior, ao passo que entre janeiro e setembro de 2015 esse prazo foi de 413,24 dias, 13,59% menor do que em 2014.

Por outro lado, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução nos nove primeiros meses de 2015 foi de 1.469 dias, 79,05% mais moroso do que a média do ano de 2013 (destacando que não foram encerradas quaisquer execuções contra ente público na Unidade Judiciária no ano de 2014).

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 27,09% mais célere (177,64 dias) do que a média regional. Por sua vez, os dados de janeiro a setembro de 2015 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 36,37% inferior (243,05 dias) à média de todo o TRT4.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 – 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida



5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.225	1.225	100,00%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.157	1.157	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.292	1.370	106,04%	Meta cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados até 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre 01/01/2012 e 31/12/2014	%	Resultado
103	103	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados até 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre 01/01/2013 e 31/12/2014	%	Resultado
671	666	99,25%	Meta cumprida



5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.540
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	28
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	385
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	394
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	441
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	430
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	395
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	395
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	3
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	2
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	12
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
-0,58%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
10%	Meta cumprida

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.09.2015	Solucionados até 30.09.2015	%	Resultado parcial (até setembro)
951	935	98,32%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta



5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12. 2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31/12/2013	Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre 01/01/2014 e 30/09/2015	%	Resultado parcial (até setembro)
545	536	98,35%	Meta já cumprida

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.09)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.09)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até setembro)
257	235	91,44%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até setembro)
0	Meta já cumprida

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (30.09.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até setembro)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	12	13	11	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º	Estado do Rio Grande do Sul	6	0	5	
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	4	0	3	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	0	0	0	
5º	União	6	2	5	
6º	OI S.A.	1	1	0	
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	0	1	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	4	7	3	
9º	Banco do Brasil S.A.	1	3	0	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.09)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até setembro)
228,17	173,41	156,68	171,68	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.09)	Meta para 2015	Resultado parcial (até setembro)



Total de acordos	793	756	774,50	467	783	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
Média mensal de acordos	66,08	63	64,54	51,89	65,25	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	7 (I) 4 (P)	-	7 (I) 4 (P)	-
Tarde	-	7 (I) 4 (P)	-	7 (U) 3 (Prosseguimentos de sumaríssimos)	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 11.11.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	01.12.2015	03.12.2015
Una Sumaríssimo	03.12.2015	10.12.2015
Instrução	19.05.2016	18.04.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 11.11.2015)



6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	40,62	30,91	-23,92%	37,31	20,73%
	Ordinário	50,19	31,18	-37,88%	39,31	26,08%
	Total	48,93	31,14	-36,36%	38,99	25,21%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio reduzido de 40,62 dias, em 2013, para 30,91 dias, em 2014 (queda de 23,92%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 50,19 dias, em 2013, para 31,18 dias, em 2014 (redução de 37,88%). Por outro lado, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a setembro, apontam para uma tendência de elevação dos prazos médios para a realização das audiências iniciais tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Alessandra Casaril	88	48	18	0	154
Ana Paula Keppeler Fraga	49	26	0	0	75
Gustavo Pusch	44	40	0	0	84
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	138	96	38	2	274
Jaqueline Maria Menta	28	13	0	0	41
Rafael Moreira de Abreu	79	47	0	0	126
Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior	270	192	54	0	516
Thiago Boldt de Souza	445	288	87	10	830
Juiz não informado	1	0	0	0	1
TOTAL	1.142	750	197	12	2.101



2015 (até 30.09)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adriana Ledur	20	14	0	1	35
Giani Gabriel Cardozo	113	56	7	0	176
Gustavo Pusch	42	25	0	0	67
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	61	43	0	3	107
Maurício Graeff Burin	6	7	7	0	20
Mauricio Joel Zanotelli	12	7	0	0	19
Thiago Boldt de Souza	482	298	126	3	909
TOTAL	736	450	140	7	1.333

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 28.10.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Alessandra Casaril	50	25	0	75	21	96
Ana Paula Keppeler Fraga	25	55	0	80	4	84
Déborah Madruga Costa Lunardi	0	22	0	22	4	26
Gustavo Pusch	19	5	0	24	2	26
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	113	59	0	172	10	182
Jaqueline Maria Menta	11	2	0	13	2	15
Luísa Rumi Steinbruch	0	1	0	1	0	1
Rafael Moreira de Abreu	34	24	0	58	6	64
Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior	256	128	0	384	34	418
Thiago Boldt de Souza	247	138	1	386	71	457
Juiz não informado	1	0	0	1	-	1
TOTAL	756	459	1	1.216	154	1.370



2015 (até 30.09)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adriana Ledur	8	7	0	15	3	18
Giani Gabriel Cardozo	50	8	0	58	6	64
Gustavo Pusch	20	36	0	56	7	63
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	91	61	0	152	14	166
Jaqueline Maria Menta	0	1	0	1	0	1
Marcelo Bergmann Hentschke	0	0	0	0	2	2
Maurício Graeff Burin	12	1	0	13	2	15
Mauricio Joel Zanotelli	5	0	0	5	0	5
Rafael Moreira de Abreu	0	6	0	6	0	6
Thiago Boldt de Souza	281	245	2	528	67	595
TOTAL	467	365	2	834	101	935

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 28.10.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular – Rubens Fernando Clamer Santos Júnior	
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias	

Juiz Substituto zoneado – Thiago Boldt de Souza		
0104700-45.2006.5.04.0304	0049900-04.2005.5.04.0304	0020731-20.2015.5.04.0304
0020630-17.2014.5.04.0304	0020385-69.2015.5.04.0304	0020822-13.2015.5.04.0304
Total: 06 processos		

(Fonte: Dados consolidados pelo Projeto BI TRT4 até o dia 10.11.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 21.09.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Na data da inspeção correcional havia 34 notificações e 21 ofícios pendentes de elaboração, sendo a data de determinação mais antiga 05.11.2015 (das notificações) e 27.10.2015 (dos ofícios).

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Havia 03 processos pendentes da elaboração da tarefa.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 48 horas.



7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas no dia seguinte à protocolização. Não havia pendências.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da visita correcional estava em análise o protocolo de 10.11.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 06.11.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes por semana. Não havia pendências.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Havia 40 processos pendentes de arquivamento na data da visita correcional.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0044500-58.1995.5.04.0304 ¹	29.06.2015	3 meses e 23 dias
2	0032900-88.2005.5.04.0304 ¹	30.06.2015	3 meses e 22 dias
3	0034100-72.2001.5.04.0304 ¹	27.07.2015	2 meses e 25 dias
4	0000390-75.2012.5.04.0304 ¹	27.07.2015	2 meses e 25 dias
5	0000637-56.2012.5.04.0304 ¹	17.08.2015	2 meses e 5 dias
6	0000215-13.2014.5.04.0304 ¹	21.09.2015	1 mês e 1 dia
7	0000610-73.2012.5.04.0304 ¹	30.09.2015	22 dias
8	0001101-46.2013.5.04.0304	02.10.2015	20 dias
9	0069400-37.1997.5.04.0304 ¹	02.10.2015	20 dias
10	0000636-03.2014.5.04.0304 ¹	02.10.2015	20 dias
11	0082100-30.2006.5.04.0304 ¹	02.10.2015	20 dias



12	0000277-58.2011.5.04.0304	06.10.2015	16 dias
13	0000497-90.2010.5.04.0304	09.10.2015	13 dias
14	0081200-47.2006.5.04.0304	10.10.2015	12 dias
15	0067400-15.2007.5.04.0304 ¹	11.10.2015	11 dias
16	0025200-32.2003.5.04.0304 ¹	11.10.2015	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.10.2015)

¹ Expedida notificação para devolução dos autos.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000810-80.2012.5.04.0304 ¹	31.07.2015	2 meses e 21 dias
2	0000654-24.2014.5.04.0304	14.09.2015	1 mês e 8 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.10.2015)

¹ Expedida notificação para devolução dos autos.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	304-00205/15	0091800-64.2005.5.04.0304	19.05.2015	5 meses e 3 dias
2	304-00267/15	0001400-72.2003.5.04.0304	16.06.2015	4 meses e 6 dias
3	304-00276/15	0010462-89.2013.5.04.0271	08.07.2015	3 meses e 14 dias
4	304-00277/15			
5	304-00311/15	0000545-44.2013.5.04.0304	18.08.2015	2 meses e 4 dias
6	304-00317/15	0000230-79.2014.5.04.0304	26.08.2015	1 mês e 26 dias
7	304-00289/15	0000138-38.2013.5.04.0304	02.09.2015	1 mês e 20 dias
8	304-00297/15	0090100-87.2004.5.04.0304	02.09.2015	1 mês e 20 dias
9	304-00346/15	0001439-20.2013.5.04.0304	23.09.2015	29 dias
10	304-00344/15	0054500-73.2002.5.04.0304	29.09.2015	23 dias
11	304-00349/15	0136200-32.2006.5.04.0304	29.09.2015	23 dias
12	304-00352/15	0000392-79.2011.5.04.0304	29.09.2015	23 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.10.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 21.10.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **226 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios



gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0115500-69.2005.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: cumprimento do despacho da fl. 311 em 22 dias; o prazo da notificação da fl. 327 expirou em 03.12.2014 e o impulso processual ocorreu em 18.12.2014 (despacho da fl. 328, 15 dias após); o prazo de suspensão da execução, deferido à fl. 350, expirou em 29.7.2015, mas os autos foram movimentados apenas em 14.10.2015 (fl. 351), em razão da adesão de servidores ao movimento grevista no período de 22.6.2015 a 01.10.2015, conforme certificado à fl. 351.	
2	0001335-28.2013.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 22. Movimentação processual: cumprimento do despacho da fl. 42 em 21 dias (notificação da fl. 43); o prazo consignado no despacho da fl. 93 expirou em 16.6.2015 e o impulso processual ocorreu em 02.10.2015 em razão da adesão de servidores ao movimento grevista no período de 22.6.2015 a 01.10.2015, conforme certificado à fl. 101.	
3	0018200-93.1994.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: o prazo da notificação da fl. 127 expirou em 01.6.2015, conforme registro de andamentos do Infor, e o impulso processual ocorreu em 25.8.2015, em razão da adesão de servidores ao movimento grevista a partir de 22.6.2015, conforme certificado à fl. 128.	
4	0104900-04.1996.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: o ofício da fl. 265, expedido em 27.5.2015, não foi respondido até o envio dos autos a esta Corregedoria.	
5	0014800-17.2007.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: os autos pendem de cumprimento do último item do despacho da fl. 608.	
6	0088500-75.1997.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 240. Movimentação processual: conforme registro dos andamentos do Infor o prazo consignado na ata da fl. 249 expirou em 31.7.2015 e não houve movimentação processual até o envio dos autos à Corregedoria.	
7	0000999-58.2012.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos*: não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 234. Movimentação processual: os autos não foram movimentados de 09.2.2015 (despacho da fl. 269) a 01.6.2015; o prazo do edital da fl. 273 expirou em 06.7.2015, conforme registro de andamentos do Infor e até o envio dos autos à Corregedoria não houve impulso processual.	



8	0000561-61.2014.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação processual: o prazo da notificação da fl. 146, carmim, expirou em 08.7.2015 e o cumprimento da segunda parte do despacho da fl. 149, carmim, ocorreu em prazo superior a 60 dias (despacho da fl. 156, carmim e notificação da fl. 157, carmim); o prazo da notificação da fl. 157, carmim, expirou em 09.10.2015 e até o envio dos autos à Corregedoria não houve certificação de decurso de prazo.	
9	0000674-20.2011.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 213; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 251,254,257,262,263,307 e 327. Movimentação processual: o prazo da notificação da fl. 195 expirou em 08.9.2014 e o impulso processual ocorreu em 17.9.2014 (fl. 196), prazo superior a 30 dias; não houve movimentação processual de 27.5.2015 (expediente da fl. 344) a 28.8.2015 em razão da adesão de servidores ao movimento grevista a partir de 22.6.2015, conforme certificado à fl. 345; despacho da fl. 353 pende de cumprimento.	
10	0001297-16.2013.5.04.0304
Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo em branco no verso da fl. 143 e verso da fl. 146. Movimentação processual: o prazo da notificação da fl. 264 expirou em 19.6.2015 e não houve impulso processual até o envio dos autos à Corregedoria em razão da adesão de servidores ao movimento grevista de 22.6.2015 a 01.10.2015, conforme certificado à fl. 265.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Aguardando arquivamento provisório/definitivo	0024700-44.1995.5.04.0304
	0079800-81.1995.5.04.0304
	0000484-86.2013.5.04.0304
Aguardando remessa ao TRT ou a outro órgão	0000626-61.2011.5.04.0304
	0000964-64.2013.5.04.0304
Despacho aguardando cumprimento	0061100-23.1996.5.04.0304
	0000085-23.2014.5.04.0304
	0000173-66.2011.5.04.0304
Demora no impulso processual	0000291-08.2012.5.04.0304
	0115000-95.2008.5.04.0304
	0191500-96.1994.5.04.0304



Registros desatualizados	0043700-73.2008.5.04.0304
	0115400-12.2008.5.04.0304
	0116400-47.2008.5.04.0304

No exame dessa listagem, verificou-se elevada quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual. Essa situação é verificada principalmente na fase de execução, excetuados os processos que aguardam cumprimento de acordo, pagamento de precatório e andamento de outros processos.

Verificou-se, também, relevante quantidade de processos que aguardam arquivamento definitivo e provisório. Tal situação prejudica o desempenho da Unidade na apuração do número de processos em fase de execução e na contagem do tempo médio de tramitação das demandas nessa fase.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 13.06.2014.

Para efeito correcional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretária, dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 04.11.2015 e 09.11.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	03	20590.35.2014	06.11.2015
C/habilitações não lidas	-	03	-	11.11.2015
C/pedido de liminar	-	07	21075.98.2015 (está no agrupador mas foi conciliado em audiência de 10.11.2015)	16.10.2015
C/petições não apreciadas	-	17	20221.41.2014	06.11.2015
Mandados devolvidos OJ	-	04	-	11.11.2015
Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento providência	Conhecimento	37	03 processos na subpasta 'mês 11- 3 a 6'	11.11.2015
Aguardando cumprimento providência	Liquidação	02	20742.83.2014 (aguarda laudo)	04.11.2015
Aguardando cumprimento providência	Execução	06	20443.09.2014	02.06.2015
Aguardando ciência	Conhecimento	07	20496.87.2014	31.10.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	Conhecimento	-	-	11.11.2015
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	137	20717.36.2015	13.07.2015
Aguardando término dos prazos	Liquidação	32	20337.13.2015 20188.17.2015	Ambos de 26.10.2015
Aguardando término dos prazos	Execução	46	20664.55.2015 20685.65.2014 20891.45.2015	Todos de 02.09.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	11.11.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Conhecimento	01	-	11.11.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Liquidação	-	-	11.11.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Execução	01	-	11.11.2015
Controle manual prazo pós sent.	Conhecimento	-	-	11.11.2015
Prazos vencidos	Conhecimento	15	21090.67.2015	05.11.2015
Prazos vencidos	Liquidação	02	-	Ambos de 10.11.2015
Prazos vencidos	Execução	08	20297.65.2014	03.10.2015
Remeter ao 2º Grau	-	01	20469.70.2015	05.11.2015
Triagem inicial	-	06	21151.25.2015	06.11.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)



Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e movimentação processual satisfatória dos processos que tramitam no meio eletrônico. As pastas e subpastas criadas possibilitam boa organização e visualização das tarefas a serem executadas pela Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo destaca-se pela tramitação processual célere e manutenção de um acervo processual relativamente estável; de 2013 a 2015 houve certa flutuação, permanecendo, porém, em patamar muito próximo. Quanto ao tempo de tramitação propriamente dito, é a fase de conhecimento que se sobressai, apresentando-se, atualmente, 100 (cem) dias mais célere que a média das demais unidades do Estado. Além disso, as fases de liquidação e execução também permanecem, desde o ano anterior, significativamente abaixo do patamar regional. A unidade destaca-se pelo cumprimento da meta de julgamento de maior número de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014, tendência que também se encontra muito próxima de cumprimento em 2015.

Ademais, o exame dos processos físicos revelou resultado positivo, na medida em que os poucos lapsos verificados foram devidamente certificados em razão da adesão de servidores ao movimento grevista da categoria.

Ao final, a Corregedora dirigiu-se a todos reconhecendo o comprometimento da equipe de servidores assim como elogiando os bons resultados encontrados. Aberta a palavra aos presentes, a Juíza Substituta zoneada Ivanise Marilene Uhlig de Barros enfatizou o esforço de todos os servidores na execução do serviço de forma responsável e comprometida como aspecto essencial para a entrega efetiva da prestação jurisdicional, tendo louvado especialmente a gestão promovida pelo Diretor de Secretaria Jerson Pires Rodrigues. Salientou o senso de equipe e a louvável integração entre servidores, gestores e magistrados.

A Juíza Substituta Lotada Ivanise Marilene Uhlig de Barros mostrou-se comprometida com a jurisdição e interessada na gestão da unidade, além de ter apresentado excelente produtividade, visto que não apresentava nenhum processo à espera da prolação de sentença com prazo legal excedido no dia da correição.



12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que os dados apurados até 30.09.2015 apontam tendência de não cumprimento no presente ano.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 06.03.2014, relativos à conclusão para julgamento dos embargos de declaração opostos por parte classificada como “outros” e da decisão que rejeitou o referido incidente processual no processo nº 0207300-67.1994.5.04.0304;



b) efetue a exclusão de dois dos três andamentos informatizados “Petição Protocolada – 280 – Embargos à Execução/Penhora – Apresentação – RDA”, datados de 09.12.2014, no processo nº 0001042-58.2013.5.04.0304, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, de dois andamentos informatizados “Petição Protocolada – 390 – Incidentes Processuais – Apresentação – RDA”;

c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 10.05.2012, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à arrematação apresentados pela parte autora e da decisão que rejeitou o referido incidente processual no processo nº 0127400-78.2007.5.04.0304;

d) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 340 – Exceção de Pré-Executividade – Apresentação – RDA”, datado de 06.03.2012, no processo nº 0128400-50.2006.5.04.0304, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, de dois andamentos informatizados “Petição Protocolada – 280 – Embargos à Execução/Penhora – Apresentação – RDA”.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que o Juiz Substituto zoneado **Thiago Boldt de Souza** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.



ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais cumprindo, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos nº 0104900-04.1996.5.04.0304 e 0000999-58.2012.5.04.0304, analisados no item 8.1;
- d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, inclusive devoluções postais, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- e) movimente os processos 0014800-17.2007.5.04.0304, 0088500-75.1997.5.04.0304, 0000999-58.2012.5.04.0304, 0000561-61.2014.5.04.0304, 0000674-20.2011.5.04.0304 e 0001297-16.2013.5.04.0304 analisados no item 8.1.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **226 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) archive os processos (nº 0024700-44.1995.5.04.0304, nº 0079800-81.1995.5.04.0304, nº 0000484-86.2013.5.04.0304);
- b) remete os autos ao TRT (nº 0000626-61.2011.5.04.0304, nº 0000964-64.2013.5.04.0304);
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000291-08.2012.5.04.0304, nº 0115000-95.2008.5.04.0304, nº 0191500-96.1994.5.04.0304);
- d) diligencie para dar cumprimento aos despachos (nº 0061100-23.1996.5.04.0304, nº 0000085-23.2014.5.04.0304, nº 0000173-66.2011.5.04.0304),



e) atualize os registros (processos nº 0043700-73.2008.5.04.0304, nº 0115400-12.2008.5.04.0304, nº 0116400-47.2008.5.04.0304).

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu a Presidente da Seccional da OAB local, a advogada Ivete Dieter, que elogiou tanto o atendimento dispensado por todos os servidores de todas as unidades do Foro como o trabalho, atuação e tratamento dispensado pelos Juízes. 3

Especificamente em relação às 2ª, 4ª e 5ª Varas e Coordenadoria de Controle de Direção do Foro de Novo Hamburgo, compareceu, na qualidade de representante da AGETRA, o advogado Álvaro Klein, que relatou o bom trabalho que vem sendo demonstrado por essas unidades.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Substituta zoneada Ivanise Marilene Uhlig de Barros, pelo Diretor de Secretaria Jerson Pires Rodrigues e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional